

Roldão Arruda

A presidente Dilma Rousseff nunca deu muita atenção aos índios. Quase não demarcou terras e só recebeu pessoalmente uma delegação indígena no terceiro ano do seu mandato, após a onda de protestos populares de junho. É esse pequeno grupo populacional, no entanto, que está causando o maior e mais delicado impasse de seu governo na área fundiária. Ao contrário de seus dois antecessores, que se viram às voltas sobretudo com os sem-terra, o grande dilema fundiário de Dilma é a demarcação de terras indígenas.

O foco das preocupações no momento chama-se Mato Grosso do Sul, onde a população indígena, a segunda maior do País, logo atrás do Amazonas, gira em torno de 75 mil pessoas. Ali, o estado de tensão entre índios e proprietários rurais, por causa da posse da terra, aumenta a cada dia. Na sexta-feira, numa ação emergencial e atendendo, sobretudo, a solicitações de comunidades indígenas, o minist



● **Palco das tensões**
75 mil pessoas compõem a população indígena de Mato Grosso do Sul

90 dias é o período de permanência da Força Nacional de Segurança Pública no Estado

80 é o número de fazendas invadidas no Estado, segundo associação de produtores rurais

37 índios foram mortos em Mato Grosso do Sul só em 2012, segundo relatório do Cimi

13% do território nacional é ocupado por reservas indígenas, a maioria delas na Amazônia

339 pedidos de demarcação estão parados na Funai, à espera de análise

3 PERGUNTAS PARA...

Francisco Maia, presidente da Acrissul

1. A que atribui o aumento das tensões no Estado? Às ações indígenas. Se você usar como base a Constituição de 1988, verá que nenhuma terra no Estado é, legalmente, indígena. Nenhuma delas foi reconhecida antes da Constituição. O que nós temos aqui são pretensões de comunidades, baseadas em laudos unilaterais da Funai.

Com esses laudos, os índios invadem propriedades e queimam casas e plantações.

2. Fala-se que o Leilão da Resistência, que o sr. organiza, é para formação de milícia particular. Não é verdade. Como não estamos mais dispostos a ser invadidos e agredidos, vamos contratar

serviços de segurança, como fazem bancos e condomínios.

3. O que é preciso para reduzir a tensão? O primeiro passo é os índios recuarem das invasões. Não pretendemos dar nenhum passo à frente, no sentido de confronto. Mas também não estamos dispostos a recuar.

Otoniel Guarani Nhandeva, líder indígena

1. A que atribui o aumento das tensões no Estado? A gente fica preocupado porque os ruralistas deram prazo para o governo resolver. Ele acabou ontem. Quando eles falam, cumprem. Dias atrás invadiram a Funai de Campo Grande. Já contrataram muitos seguranças e vão contratar mais. A gente passa

na estrada e vê os pistoleiros.

2. Por que não se chega a um acordo? Era para estar tudo resolvido até novembro. Mas não sai da conversa. No caso de Buriti, sempre aparece um entrave. A gente começa a achar que os títulos de propriedade são irregulares e que eles

não querem mostrar isso.

3. Vocês ocuparam áreas durante as negociações. Vão permanecer nelas? Ocorreram retomadas de áreas que estavam demarcadas e que estavam esperando resposta do governo. O prazo venceu. O movimento decidiu que a gente não vai mais sair de lá.

CRONOLOGIA

Confrontos e morte no ano

8 de maio de 2013 Mudanças

A ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, anuncia um pacote de mudanças na identificação e demarcação de terras indígenas que tiram o poder da Funai e contemplam setores ligados a ruralistas.

30 de maio Morte

O terena Oziel Gabriel morre em confronto entre indígenas e policiais numa reintegração de posse em Sidrolândia (MS).

4 de junho Crise fundiária

Após morte do Oziel, índios promovem série de protestos pelo País, com bloqueio de estradas e invasões.

27 de junho Relatório

Relatório do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) aponta que o número de índios assassinados no País passou de 51 para 60 de 2011 a 2012 – mais da metade dos casos (37) foi registrado em Mato Grosso do Sul. O Estado concentra os principais focos de conflitos entre índios e proprietários rurais no País.

10 de julho Negociação

Pela primeira vez, a presidente Dilma Rousseff recebe no Planalto lideranças indígenas.

29 de novembro Reforço

O aumento da tensão fundiária em Mato Grosso do Sul leva o Ministério da Justiça a ampliar a permanência da Força Nacional de Segurança no Estado.



Bloqueio. Índios guarani-nhandeva em Japorã (MS)

Rituais de guerra

Demarcação de terras indígenas é o maior problema do governo Dilma na área fundiária e em Mato Grosso do Sul tensão entre índios e proprietários rurais aumenta a cada dia

tro da Justiça, José Eduardo Cardozo, chegou a determinar a ampliação das ações da Força Nacional de Segurança no Estado. O grupo especial vai permanecer lá por mais 90 dias.

A Força chegou em maio. Foi logo após o conflito na Fazenda Buriti, no município de Sidrolândia, a 70 quilômetros da capital, Campo Grande, que ganhou repercussão no País e no exterior por causa da morte do índio terena Oziel Gabriel, durante uma reintegração de posse.

Na ocasião, o governo desembarcou em Mato Grosso do Sul um batalhão de técnicos e assessores dos ministérios da Justiça e do Planejamento, da Advocacia-Geral da União e de outros órgãos federais. Tinham a missão de apresentar uma solução para o conflito que fosse rápida e agradasse

aos produtores rurais – que, em sua maioria, têm títulos legais de propriedade da terra –, e indígenas, que, segundo levantamentos antropológicos, seriam os donos das terras.

Espera. O governo também sinalizou que a solução de Buriti serviria de paradigma para todos os outros debates sobre demarcações de terras no Estado – que não são poucos. Nas contas da Associação dos Produtores de Mato Grosso do Sul (Acrissul), já chega a 80 o número de propriedades invadidas.

Passados quase seis meses, porém, o impasse permanece e o governo é atacado tanto por ruralistas quanto por índios. “O agronegócio vive aqui uma situação de completa insegurança jurídica”, diz Francisco Maia, presidente da Acrissul. “Não dá para aceitar esse desca-

so do governo com o setor mais competitivo da economia nacional, o que dá mais resultados.” A associação está à frente da organização do Leilão da Resistência, que será realizado no sábado, para angariar fundos para contratar serviços particulares de segurança para as fazendas. A iniciativa tem sido criticada por organizações de defesa dos direitos dos índios, como o Con-

selho Indigenista Missionário (Cimi), que veem nela o embrião de milícias particulares, legalmente proibidas. O líder indígena Otoniel Guarani Nhandeva diz que a espera chegou a um ponto insuportável. “A gente conversa muito, mas tudo fica na conversa. Os dois lados não aguentam mais”, diz. “Os ruralistas estão contratando seguranças há muito tempo. Eles nos acusam de violências, mas são os índios que estão morrendo.”

Segundo Otoniel, os indígenas decidiram, numa assembleia recente e que reuniu a maioria das comunidades do Estado, que não vão mais abandonar as áreas invadidas, ou reocupadas – como eles dizem, numa alusão ao fato de que as terras eram de seus antepassados.

Para a presidente da Funai, Maria Augusta Assirati, a tensão no Estado resulta de um processo que se arrasta há décadas. “Estamos falando de regiões de ocupação tradicional, voltadas para a produção rural, com um grande número de produtores outorgados por governos estaduais na época da colonização”, diz ela. “Todas as ações da Funai em áreas de ocupação tradicional indígena sempre foram permeadas por ações judiciais contrárias. Hoje chega-

● **Polêmica**

“O agronegócio vive aqui uma situação de completa insegurança jurídica. Não dá para aceitar esse descaço do governo com o setor mais competitivo da economia nacional, o que dá mais resultados”

Francisco Maia

PRESIDENTE DA ACRISUL

“Os ruralistas estão contratando seguranças há muito tempo. Vários índios já morreram. Eles nos acusam de violências, mas são os índios que estão morrendo”

Otoniel Guarani

Nhandeva

ÍNDIO GUARANI

“Estamos falando de regiões de ocupação tradicional, com produtores outorgados na época da colonização”

Maria Augusta Assirati

PRESIDENTE DA FUNAI

mos a um ponto de impasse, porque temos um grande contingente de índios aguardando a regularização de seus territórios e um número enorme de ações no sentido contrário.”

Solução. A maior parte das terras indígenas, que ocupam 13% do território nacional, foi demarcada em áreas pouco povoadas e de baixo grau de exploração agrícola. Mas esse não é o caso de Mato Grosso do Sul.

Segundo Maria Augusta, o impasse nas negociações se deve à dificuldade para encontrar uma forma legal de compensação financeira dos produtores. A Constituição determina que, uma vez demarcada a terra indígena, os produtores devem deixá-la recebendo apenas o valor das benfeitorias. No caso de Mato Grosso do Sul, onde a maioria dos proprietários tem títulos legais concedidos por governos estaduais, busca-se uma maneira de pagar também pela terra.

Para o governo existe também o desafio de não desagradar à bancada ruralista, uma das mais poderosas do Congresso, nem bater de frente com o governador André Puccinelli. Filiado ao PMDB, partido da base governista, ele se opõe à concessão de qualquer área do território sul-mato-grossense aos índios e chega a proibir a presença do Cimi, a mais radical das organizações de defesa dos povos indígenas em mesas de negociações no Estado. “O Cimi é o braço fascista da Igreja”, afirmou em recente audiência no Senado sobre os conflitos.